

Escola vai até aos servidores públicos

Levar a escola ao aluno em seu trabalho é o desafio que a Fundação Centro de Formação do Servidor Público (Funcep) espera vencer na Nova República, para deixar a máquina federal mais bem qualificada quanto a recursos humanos.

Para isso, já tem pronto o Programa de Atendimento Educacional ao Servidor Público (Proesp), através do qual projeta atingir, numa primeira etapa, cerca de 100 mil servidores de órgãos da administração direta e indireta do Governo Federal. Com o apoio do Ministério da Educação, o plano é ambicioso, pois pretende levar o 1º e o 2º graus a 200 mil servidores espalhados pelo País. O diretor de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Funcep, Leônidas Macedo, explica nesta entrevista alguns pontos do projeto.

Quais as finalidades básicas com a execução desse treinamento?

Num universo de 700 mil servidores da administração pública, o Brasil tem hoje 200 mil que não têm o primeiro grau. Esse número espanta e diante dessa realidade a Funcep resolveu, junto com o Centro Educacional de Niterói, com apoio do Ministério da Educação, executar um projeto visando a escolarização do 1º e 2º graus. Esse projeto tende a ser adotado, futuramente, para a sociedade de uma maneira geral. Trata-se de um atendimento semiindireto através de módulos institucionais de ensino, com assistência de



Macedo: um programa ambicioso pela frente

monitores. Nós formaremos em cada Ministério, em cada órgão, em cada instituição pública, um núcleo pedagógico com monitores, biblioteca, laboratório, etc. Os servidores estudarão através dos módulos em casa ou nas horas vagas do trabalho. Qualquer dúvida poderão tirar no local de trabalho, através do núcleo pedagógico instalado na instituição.

O servidor vai dispor de todo material para estudar em casa?

Os servidores vão estudar através de pequenos fascículos que chamamos módulos, englobando disciplinas do 1º e 2º graus. O interessante é que esse programa difere dos supletivos normais, porque os supletivos têm também esse esquema de fascículos, mas a pessoa estuda e é obrigada a fazer a prova do supletivo. No nosso caso especial, tal qual o acompanhamento que tivemos

nos núcleos pedagógicos, a pessoa não precisa fazer prova; faz apenas teste após cada módulo. Ela só passa para um módulo mais avançado no momento em que estiver apta no módulo anterior.

O que torna o programa diferente dos supletivos?

Junto com a educação geral, isto é, junto com as disciplinas de português, matemática, geografia e história, os funcionários públicos do Governo federal terão a oportunidade também de obterem a qualificação profissional, através de treinamento pessoal. Nós teremos duas áreas de concentração: o servidor poderá, primeiro, optar em atendimento ao público ou no 2º caso numa atividade de apoio (arquivo e protocolo). Então, ao mesmo tempo que ele está estudando para obter seu certificado de conclusão do 1º e 2º graus, está também se qualificando profissionalmente. E isso é a grande diferença dos ensinamentos supletivos.

Quando será iniciado o programa?

Estamos há alguns anos desenvolvendo essa técnica, através de um projeto piloto, no Rio de Janeiro, onde testamos cerca de 10 mil alunos e conseguimos analisar com objetividade o material lançado. Já revisamos e nos encontramos numa posição que achamos apta para enfrentar esse universo dos 200 mil servidores. Todo o material está pronto e estamos apenas aguardando o lançamento do projeto, através de convênio com as instituições públicas. Estamos, também, paralelamente, tentando apresentar ao MEC um projeto para garantir a bolsa de estudo de 100 mil servidores públicos e estender a bolsa a seus dependentes. Se a gente for analisar que a

FORMAÇÃO

maior parte dos 200 mil servidores se encontra numa faixa etária média de 40 anos, pode se concluir que pelo menos um a dois dependentes também não têm 1º grau, por falta inclusive de recursos para isso.

Com esse treinamento a preocupação do Governo é melhorar a qualidade do serviço público, que hoje deixa muito a desejar?

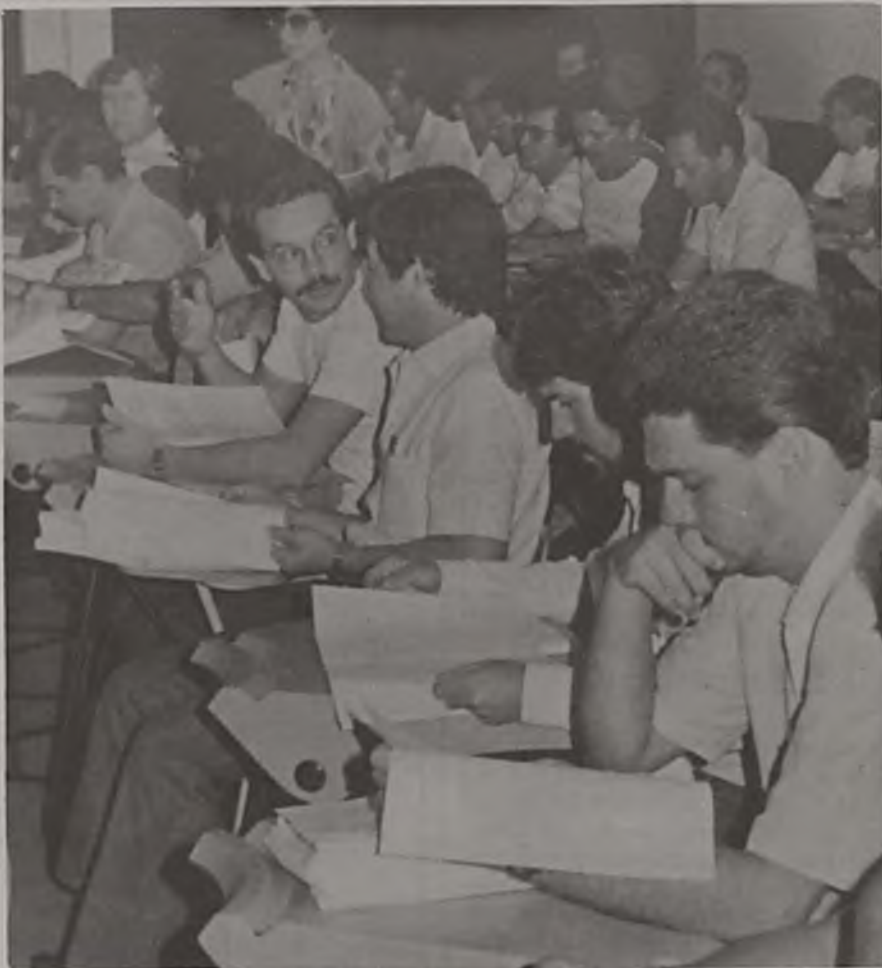
Considero a transição da Velha para a Nova República a transição da incompetência. A gente viveu durante um certo tempo e se encontra num estágio do serviço público de alto nível de incompetência. Por que o País vive essa crise de incompetência? Ora, acho que todos os indivíduos têm um nível de competência e o melhor meio de melhorar o nível de competência é o treinamento. Nunca se investiu em treinamento no Brasil e até hoje temos dificuldades e isso já vem sendo motivo de preocupação do ministro da Administração, Aluizio Alves, que quer criar uma escola nacional para administração pública. Já se encontra nas mãos do Ministro um estudo nosso sobre a alocação de verba em treinamento de 1982 a 86, para que em 87 se possa traçar alguma coisa mais real.

Qual será a parcela de contribuição do servidor no programa? Ele vai pagar alguma coisa?

O servidor não terá seu bolso penalizado. Esse programa tem um custo, a Funcep não tem a mínima condição de lançar um programa para 100 mil servidores gratuitamente. A Funcep não pode ser responsável financeira por um caos que vem alimentando o serviço público há mais de 20 anos. Nós estamos com o projeto no MEC tentando captar recursos e ao mesmo tempo estamos mantendo contato com alguns ministérios para fazer convênios. Uma pesquisa do próprio MEC revelou que no ano 2.000, apesar do número de construção de escolas estar num patamar acelerado, a nossa defasagem em termos de não-concluintes do 1º grau será maior do que a de hoje. Isso é um dado para comprovar que o sistema educacional formal adotado é falido para nosso índice de crescimento.

E esse projeto daria que tipo de contribuição para o Governo nesse sentido?

Hoje temos um custo médio nas secretarias de Educação dos Estados



A Funcep realiza cursos de aperfeiçoamento de servidores

de 250 cruzados aluno/mês. Isso multiplicado por 8 anos, que é o tempo de duração do 1º grau, vai ficar muito alto para o Governo, sem esquecer a construção de escolas. Com esse projeto, iríamos abrir mão de construção de escolas gigantes e teríamos um custo equivalente a um 1º grau completo, por volta de 3.200 cruzados. O tempo de duração estimado vai de 7 meses a dois anos, dependendo do aproveitamento e da experiência de vida de cada aluno.

Qual o custo estimado do programa na sua primeira etapa, que visa atingir 100 mil servidores?

A nossa projeção é de 180 milhões de cruzados e se considerarmos o lucro social desse investimento é de alto retorno, inclusive para a própria eficácia da administração pública. Na primeira etapa, nós teríamos atingido o plano de duração do curso em dois anos.

O projeto piloto do Rio deu resultados imediatos?

Colhemos bons frutos e hoje temos aí turmas inteiras se formando, pessoas se integrando a uma sociedade que estavam marginalizadas por falta de uma cultura. Dos 10 mil alunos, 8 mil já concluíram o 1º grau e estamos de peito aberto para enfrentar a campanha dos 100 mil.

A Funcep pode estender esse programa a servidores que não sejam da área federal?

A nossa intenção é começar dentro da nossa própria casa. Quando observamos que dentro da nossa própria casa há um universo gigantesco, que atinge 200 mil servidores, a gente vê que deve começar dando o exemplo e aliar esses exemplos aos próprios objetivos da reforma administrativa. Se nós queremos reformar a máquina federal, temos que desenvolver o elemento humano que se encontra dentro desta máquina e que é mola-mestra impulsora de todas as coisas.